
CAPÍTULO 1

Violeta Virginia Rodrigues¹

A motivação para a feitura deste livro surgiu no curso “Articulação de orações na perspectiva funcionalista: implicações para o ensino de português”, ministrado em 2018-2, no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A ementa do curso previa, dentre outros aspectos, a discussão dos graus de integração sintático-semânticos entre cláusulas; a apresentação da abordagem funcionalista de integração de cláusulas - subordinação, hipotaxe, parataxe; a explicitação das relações hipotáticas no português; a problematização do estatuto linguístico de conectores simples, compostos e correlatos; a abordagem da gramaticalização aplicada aos conectores; a discussão de outras formas de articulação entre cláusulas - justaposição e correlação; a apresentação do fenômeno do “desgarramento” em cláusulas hipotáticas circunstanciais, relativas apositivas e completivas, e a relação deste fenômeno com a pontuação na língua escrita

¹ Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integrando o quadro de docentes permanentes do Departamento de Letras Vernáculas - Setor de Língua Portuguesa -, atuando nos cursos de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da mesma Universidade.

bem como o papel funcional-discursivo do “desgarramento”; além disso, previa reflexões sobre o ensino de articulação e combinação de cláusulas em Português.

Como a maioria dos alunos inscritos e os ouvintes são professores da rede pública e particular de ensino do Rio de Janeiro, a unidade dedicada à reflexão e possível aplicação ao ensino de língua materna logo os interessou. À medida que o curso transcorria e as discussões teóricas sobre a sintaxe do período composto aconteciam, evidenciava-se uma temática recorrente nas explicações e que, segundo os mestrandos e doutorandos, carecia de uma melhor explicação/aplicação em sala de aula – as orações subordinadas adjetivas. Diante desse quadro e das constantes indagações sobre estas orações, decidimos em comum acordo elaborarmos conjuntamente propostas de aplicação didática desse conteúdo para serem usadas por nós e por quaisquer outras pessoas que assim o quisessem.

Então, a partir desse momento, as aulas foram dedicadas à elaboração, discussão e reflexão sobre os materiais que cada aluno do curso apresentava e/ou elaborava, visando ao produto final de todos – um livro voltado para o ensino de orações adjetivas partindo sempre de textos, sem usá-los como pretexto para apresentação de conteúdo gramatical, mas explorando vários níveis de letramento bem como de leitura e compreensão global do texto. Na verdade, o que pretendemos é identificar como o uso dessas orações em diferentes cotextos e contextos contribui para a atribuição de sentido que se dá aos textos.

Como cada capítulo terá uma justificativa da proposta de cada autor do material didático, seguida da proposta em si e de uma sugestão de resposta para as atividades, optamos por criar este capítulo inicial mais teórico sobre as adjetivas, evitando assim que muitas dessas informações fossem reiteradamente repetidas ao longo do livro.

Embora saibamos que há vários estudos sobre as orações em foco e em diferentes abordagens teóricas, não é nossa intenção fazer aqui uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema. Elegemos os pontos a serem comentados, tendo em vista as atividades que serão apresentadas ao longo dos capítulos e a abordagem geral que une todas as propostas – a funcionalista. Partimos, portanto, da premissa de que os usos linguísticos moldam a gramática e de que a língua está em constante processo de mudança. Exatamente por isso partimos da visão tradicional das orações subordinadas adjetivas para mostrar que não há apenas uma norma idealizada a ser ensinada, mas várias normas e usos com base em textos diversos e de variados gêneros.

No âmbito da gramática tradicional, as chamadas orações adjetivas são consideradas estruturas de subordinação, que se comportam morfossintaticamente à semelhança de um adjetivo, portanto, exercendo a função sintática de adjunto adnominal. Do ponto de vista de suas especificidades semânticas, são subcategorizadas em restritivas e explicativas, conforme podemos observar nos apontamentos de Cunha e Cintra (1985, p. 588-589) reproduzidos no quadro a seguir:

Quadro 1: Orações adjetivas em Cunha e Cintra (1985)

Conceituação	Classificação semântica
<p>“Vêm normalmente introduzidas por PRONOME RELATIVO, e exercem a função de ADJUNTO ADNOMINAL de um substantivo ou pronome”.</p>	<p><u>Restritivas</u>: “restringem, limitam, precisam a significação do substantivo (ou pronome) antecedente. São (...) indispensáveis ao sentido da frase; (...) ligam-se ao antecedente sem pausa, dele não se separam, na escrita, por vírgula”.</p> <p><u>Explicativas</u>: “acrescentam ao antecedente uma qualidade acessória, isto é, esclarecem melhor a sua significação, à semelhança de um aposto. (...) Não são indispensáveis ao sentido essencial da frase. Na fala, separam-se do antecedente por uma pausa, indicada na escrita por vírgula”.</p>

Assim, as adjetivas restritivas são caracterizadas como aquelas orações que, vinculadas ao SN (substantivo, pronome) anteriormente expresso, contribuem para individualizá-lo, apontá-lo, qualificá-lo, caracterizá-lo, defini-lo, delimitá-lo, ou seja, restringi-lo. Já as explicativas são associadas, por alguns gramáticos, à função sintática de aposto, tendo em vista o seu caráter de adendo, anexo, parênteses, comentário, muitas vezes, subjetivo em relação ao SN e, até, a uma oração anteriormente expressa como um todo. Com relação a esse aspecto, pode-se não só questionar a noção de explicação aplicada às adjetivas explicativas como também à possibilidade de apenas se vincularem a uma oração inteira, o que pela abordagem tradicional não seria possível.

Abordagens linguísticas mais recentes propõem uma análise um pouco diferente da subordinação relativa (adjetiva). Assim, Mateus *et alii* (2003) e Raposo *et alii* (2013) já assumem explicitamente que há dois tipos de relativas – as restritivas (determinativas) e as apositivas (explicativas ou não restritivas), portanto, os autores não só assumem como adotam a noção de aposto para

rotular e caracterizar as explicativas. Segundo a proposta destes linguistas, as relativas restritivas são modificadoras do SN (nome ou pronome) antecedente expresso ou não, já que existem as relativas livres (aquelas cujo antecedente não vem expresso na oração anterior). Portanto, as relativas restritivas determinam, modificam um antecedente nominal expresso ou não. Já as relativas apositivas, que podem incidir tanto sobre o SN quanto sobre uma oração anterior como um todo ou sobre a informação por ela veiculada, não são modificadoras, mas comentários (em geral, que manifestam uma opinião do falante e/ou escrevente do texto) que recaem sobre o que se disse antes a respeito ou do SN ou de uma oração, funcionando como um aposto, um adendo, um anexo, um comentário sobre o SN ou sobre a oração. Diante desse quadro, teríamos as relativas que são adjuntos adnominais e que modificam o SN, as restritivas, e as que são apostos e que comentam o SN ou outra oração (apositivas de SN e de frase), conforme o quadro a seguir, baseado em Mateus *et alii* (2003) e Raposo *et alii* (2013), resume.

Quadro 2: Tipos de oração adjetiva

Orações adjetivas na tradição gramatical	Orações adjetivas na linguística teórica
Restritivas (adjunto adnominal)	Restritivas ou determinativas (adjunto adnominal)
Explicativas (adjunto adnominal/aposto)	Apositivas de SN ou de F (aposto de SN ou de oração)

Com base nas análises antes apresentadas, pode-se repensar a noção de subordinação aplicada às relativas como um todo. Do ponto de vista funcionalista, as categorias linguísticas envolvem níveis intermediários e que se imbricam muitas vezes. Assim, as relativas restritivas e as apositivas configuram processos de vinculação oracional distintos na perspectiva funcionalista. As restritivas são estruturas de subordinação porque se encaixam em um constituinte, no caso, um SN, estabelecendo com este antecedente uma relação de constituição. Já as apositivas se combinam com esse SN indicando-lhe um conteúdo ou fazendo-lhe um adendo, portanto, um caso de hipotaxe. A oração relativa apositiva depende do SN, mas não está integrada (encaixada) sintaticamente a ele como a restritiva. Portanto, adotando a teoria funcionalista, as relativas restritivas inserem-se na subordinação enquanto as relativas apositivas inserem-se na hipotaxe.

Adotar os conceitos de subordinação e hipotaxe para estabelecer a oposição entre orações relativas com base no Funcionalismo implica considerar

que estas orações estabelecem relações diferentes do ponto de vista sintático e semântico. As restritivas são constituintes de um SN antecedente e as apositivas são comentários acerca desse SN.

Tendo em vista os pressupostos teóricos antes comentados, há que se repensar a maneira de se ensinar tal conteúdo para os alunos de ensino médio, visando ao ensino produtivo de língua portuguesa e que do ponto de vista sintático ultrapasse o nível sentencial.

Para tentar atingir tal objetivo, partimos da premissa de que o texto é a unidade fundamental da análise linguística. Assim, as atividades didáticas propostas ao longo deste livro partirão sempre de textos de diferentes tipos e gêneros veiculados em diversos suportes e com objetivos comunicativos específicos. Os textos são de tamanhos variados e alguns envolvem inclusive linguagem multimodal. Procuramos utilizar um espectro bastante abrangente de textos para dar conta dos usos linguísticos à disposição dos falantes/escritores de português e não simplesmente privilegiar uma única norma linguística de uso como fazem as gramáticas normativas. Passemos agora, então, para uma breve aplicação dos pressupostos antes comentados em um texto real a título de exemplificação.

No texto que se segue, destacamos todas as orações adjetivas utilizadas. Observe que as duas primeiras 1) *que em minha janela se abria* e 2) *que parecia ser feita de giz*, vinculadas aos substantivos *tempo* e *cidade*, respectivamente, e introduzidas pelo pronome relativo *que*, são usadas para abrir o cenário bucólico que será descrito pelo eu lírico. A oração 3) *que caíam de seus dedos magros*, vinculada ao SN *gotas de água*, só irá aparecer um pouco depois, na linha 9 do texto, contribuindo para ajudar no detalhamento das ações do *pobre homem* que cuida do jardim avistado pelo eu lírico da janela que se abriu. As adjetivas que se sucedem 4) *que vão para a escola*, 5) *que pulam pelo muro* e 6) *que abrem e fecham os olhos*, vinculam-se aos substantivos *crianças*, *pardais*, *gatos*, respectivamente, e constituem uma enumeração de ações simultâneas e que são complementadas pela oração 7) *que sempre me parecem personagens de Lope de Vega*, vinculada ao SN *marimbondos*, encerrando as particularizações, individualizações, delimitações estabelecidas pelos usos destas estruturas. Portanto, as 7 orações adjetivas restritivas que foram utilizadas no texto particularizam os SN aos quais se referem, são introduzidas pelo pronome relativo *que* e, no cotexto e contexto de uso, ajudam a compor a cena que é descrita pelo eu lírico. Note-se que a única adjetiva explicativa empregada no texto *que estão diante de cada janela* não se comporta como as outras.

Com ela, o eu lírico indicia para o leitor a relação com o conteúdo expresso na oração *quando falo dessas pequenas felicidades certas*, ou seja, sua impressão sobre quais seriam as *pequenas felicidades* e encaminha o encerramento de seu texto não mais descrevendo a cena com que o abriu, mas expondo seu ponto de vista sobre a descrição apresentada.

TEXTO I

A ARTE DE SER FELIZ (CECÍLIA MEIRELES)

Houve um tempo **em que minha janela se abria**
sobre uma cidade **que parecia ser feita de giz.**
Perto da janela havia um pequeno jardim quase seco.
Era uma época de estiagem, de terra esfarelada,
e o jardim parecia morto.
Mas todas as manhãs vinha um pobre com um balde,
e, em silêncio, ia atirando com a mão umas gotas de água sobre as plantas.
Não era uma regra: era uma espécie de aspersão ritual, para que o jardim
não morresse.
E eu olhava para as plantas, para o homem, para as gotas de água **que caíam**
de seus dedos magros e meu coração ficava completamente feliz.
Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor.
Outras vezes encontro nuvens espessas.
Avisto crianças **que vão para a escola.**
Pardais **que pulam pelo muro.**
Gatos **que abrem e fecham os olhos**, sonhando com pardais.
Borboletas brancas, duas a duas, como refletidas no espelho do ar.
Marimbondos **que sempre me parecem personagens de Lope de Vega.**
Às vezes, um galo canta.
Às vezes, um avião passa.
Tudo está certo, no seu lugar, cumprindo o seu destino.
E eu me sinto completamente feliz.
Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas,
que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem,
outros que só existem diante das minhas janelas, e outros,

finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.

Com base no comportamento das orações adjetivas restritivas e da única explicativa presente no texto, percebe-se que analisar tais estruturas de forma descontextualizada não ajuda nem a entender a sintaxe nem tampouco a compreender o texto.

Do ponto de vista do ensino, normalmente, a abordagem das adjetivas não vai além do que apresentamos antes e, mesmo que não adotemos nomenclaturas diferentes das previstas pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e utilizemos abordagens mais recentes para caracterizar melhor o fenômeno, ainda assim, precisamos mostrar ao aluno a língua em uso, viva e que ele, como falante/escrevente, molda ao seu discurso. Partindo dessa premissa, analisemos a linguagem verbal de uma postagem divulgada nas redes sociais:

TEXTO II



Estou de luto por viver em
um país onde bandido
tem mais dinheiro que
cidadão!

Onde morrem pessoas por não
ter vagas em hospitais!



Onde políticos desviam
dinheiro e nada acontece!

Acorda Brasil!

Tá na hora né!

[Facebook.com/OTedimeAma](https://www.facebook.com/OTedimeAma)

No primeiro período da postagem, faz-se uma caracterização do Brasil em que se compara “bandido” com “cidadão”, por meio do emprego de uma oração adjetiva restritiva – “onde bandido tem mais dinheiro que cidadão”. Na sequência do texto, o escrevente utiliza novamente uma oração para caracterizar a situação do Brasil – “Onde morrem pessoas por não ter vagas em hospital”, só que esta agora não constitui uma única unidade formal como a estrutura anterior, portanto, não forma um período composto. A oração adjetiva está separada da anterior por ponto final. O mesmo se verifica com a seguinte “Onde políticos desviam dinheiro e nada acontece”. Em todas as estruturas elencadas foi empregado o pronome relativo *onde*, que estabelece uma relação com o SN de valor locativo

país, que é seu antecedente, mesmo que o uso não convencional da pontuação indique uma ruptura nessa vinculação sintática nos dois últimos casos. Todavia, por meio dessa ruptura, do ponto de vista funcional-discursivo, o autor da postagem dá muito mais ênfase, realce, destaque às considerações que indicam sua indignação com o que está vivendo o país. O destaque que o escrevente dá às informações por meio das cláusulas relativas “desgarradas” culmina com o fechamento do texto em que o autor clama por justiça – “Acorda Brasil”.

As duas cláusulas relativas “desgarradas”, embora estabeleçam uma relação anafórica com o SN *país*, não constituem juntamente com ele uma única unidade formal, como se observa entre “onde bandido tem mais dinheiro que cidadão” com “estou de luto por viver em um país”, que forma um mesmo período composto por subordinação, sendo a última a principal. No caso das orações que se materializam “desgarradas”, o vínculo sintático se desfaz por meio da pontuação terminativa, permanecendo a dependência funcional-discursiva entre as cláusulas na postagem.

Sendo assim, as cláusulas relativas “desgarradas” são aquelas que não se integram sintaticamente a uma outra, mas que mantêm com ela uma relação de dependência semântica, como vimos na postagem.

Apesar de bastante frequente em termos de uso no português utilizado pelos escreventes nas redes sociais, no âmbito da perspectiva normativa/prescritiva da língua, não há como descrever tal caso. Mesmo assim, considerando o cotexto e contexto de uso, não há porque estigmatizar o escrevente de textos como esses porque, do ponto de vista interacional, cumpriu sua função.

Outro exemplo de postagem que nos faz refletir sobre os usos linguísticos é o que se segue:



Nela identificamos o SN “gente” seguido pela oração “que ama chá”, que é uma oração subordinada adjetiva restritiva, porque se encaixa no SN antecedente “gente”, especificando-o, individualizando-o. No entanto, nesta postagem, a oração adjetiva tem uma configuração um pouco diferente das que foram mostradas no texto de Cecília Meireles e da primeira do texto anterior. O SN com o qual ela se vincula não se insere em uma oração principal e nem ela apareceu primeiro de forma integrada e depois sem integração com um SN anteriormente expresso. Tal aspecto de sua configuração formal permite que questionemos a assertiva de que toda oração subordinada depende de uma principal. Na verdade, no caso das adjetivas restritivas, a relação da oração é com o SN, que poderá vir ou não dentro de uma oração principal, como vimos.

Assim, se analisarmos “gente que ama chá” como uma unidade informacional e a considerarmos uma cláusula relativa “desgarrada”, o fato de não haver a principal deixa de ser problemático. Isto porque consideramos “desgarradas” as estruturas que não se vinculam sintaticamente com outra. Embora frequentes do ponto de vista do uso, as relativas *desgarradas* só são levadas em consideração em abordagens teóricas mais recentes. (cf. Decat, 2011).

Essas breves considerações teóricas serviram de subsídio – direta ou indiretamente – para as atividades didáticas que se encontram nesse volume. Esperamos ter conseguido fazer minimante gramática aplicada ao texto.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Celso F. da; CINTRA, Luís F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Estruturas desgarradas em língua portuguesa**. Campinas/SP, Pontes. 2011.

MIRA MATEUS, Maria Helena et al (Orgs.). **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

RAPOSO, Eduardo B. P. et al (Orgs.). **Gramática do Português**, vol. II. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

